

Economistas debatem dívida em congresso

EXTERNA

por Yves Léon Winandy
de Belo Horizonte

O Brasil só deve sair da moratória quando conseguir, da comunidade financeira internacional, o refinanciamento dos juros de sua dívida externa. A opinião é do economista Edmar Lisboa Bacha, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e foi expressa ontem, em Belo Horizonte, momentos antes de participar da conferência de abertura do VII Congresso Brasileiro de Economistas.

"Qual a solução para a moratória? Minha opinião é idêntica à do Bresser (ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda): só sair com o refinanciamento dos juros", afirmou. De acordo com ele, "até agora o Plano Bresser tem sido bem sucedido. Mas falta apoio do governo como um todo" (...). "Temos um presidente (da República) sem partido, e um partido sem presidente", comentou, referindo-se, na última parte desta frase, à falta de entrosamento entre o PMDB e o presidente José Sarney.

Segundo Bacha, as equipes que dirigem atualmente o Ministério da Fazenda e o Banco Central "são muito boas", mas faltaria "apoio suficiente", por parte do restante do governo, para uma "política de austeridade". O projeto da Ferrovia Norte-Sul, acredita, é um exemplo desse desentrosamento, pois, apesar de não ser prioritário, na sua opinião, conta, ainda, com o apoio do presidente da República.

Para sua exposição na conferência "Experiência de ajustamento na América Latina nos anos 80", iniciada às 20,30 horas de ontem, Bacha preparou um trabalho onde, basicamente, discute alternativas de solução para o problema da dívida externa. Sua proposta, à comunidade financeira internacional, pode ser resumida em dois "esquemas", um destinado a solucionar as dívidas dos países menores e, outro, para os países de "risco sistêmico", como Brasil, Argentina e Filipinas, por exemplo.

"Na elaboração de uma política econômica há necessidade de se preocupar com a correção dos problemas estruturais, que devem ser corrigidos com políticas de curto prazo compatíveis com as de longo prazo", alertou, por sua vez, Efraim Gonzales e Olarte, diretor do Instituto de Estudos Peruanos, outro participante da mesma conferência. "O fato é que,



Edmar Bacha

para esses problemas (econômicos), não há solução senão um pacto social como projeto nacional", disse o economista.

TEORIAS

Gonzales e Olarte também ressaltou que o instrumental das teorias econômicas "puras" não funcionou nos países latino-americanos. "Há a necessidade de uma teoria mais próxima de nossos problemas", afirmou. Muito frequentemente, comentou o economista, usa-se um instrumento de teorias "puras" para atacar problemas de curto prazo, mas isso tem repercussão em problemas de longo prazo. "O que se faz é usar dois instrumentos", opinou.

O representante mexicano, Arthuro Fernandes, assessor de política tributária do Ministério da Fazenda, concordou com a opinião de que "muitos problemas macroeconômicos têm um fundo estrutural". Por isso, considera necessário aplicarem-se, também, instrumentos de política microeconômica que melhorem o uso dos recursos financeiros disponíveis no país.

Fernandes acha, ainda, que os países latino-americanos têm de fazer um "esforço muito grande" para diversificar suas fontes de ingresso financeiro fiscais ou tributárias, para que as finanças públicas sejam menos vulneráveis aos choques externos à economia. "Neste mesmo sentido deve-se também diversificar os gastos", acrescentou.

O representante brasileiro, Ronaldo Lamounier Locatelli, presidente do VII Congresso Brasileiro de Economistas, por sua vez, afirmou entender que a consolidação da democracia, no Brasil, "exige a reciclagem do padrão de crescimento adotado". Isto, para que ele passe a incorporar traços de um "capitalismo mais moderno, que resulte em amplas conquistas sociais".